



PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Processo n.º: 18310/2025

LDORÇ n.º: 3/2025

Autoria: Prefeito Municipal de Linhares



MENTA: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Linhares para o exercício financeiro de 2026.

I- RELATÓRIO

Chegou a esta Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização e Controle o Projeto de Lei n. 2/2025, de 30 de outubro de 2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que **estima a receita e fixa a despesa do Município de Linhares para o exercício financeiro de 2026**, no montante de **R\$ 1.364.294.195,16** (um bilhão, trezentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e noventa e cinco reais e dezesseis centavos), abrangendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

A Mensagem do Executivo informa que a proposta foi elaborada em conformidade com:

- o Plano Plurianual 2026–2029 (PPA);
- a Lei Municipal n. 4.306, de 18 de julho de 2025 (LDO 2026);





- a Lei Complementar Federal n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);
- a Constituição Federal, especialmente o art. 165.

O Projeto de Lei disciplina, em síntese:

- a estimativa da receita, por esfera orçamentária e categoria econômica (artigos 1º a 3º);
- a fixação da despesa, por esfera, órgão e função de governo (artigos 4º a 6º);
- a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até 40% da receita total, com detalhamento das hipóteses que não oneram esse limite (art. 7º);
- disposições finais e de compatibilização com PPA e LDO (arts. 8º a 11).

O Poder Executivo protocolou, em **30 de outubro de 2025**, o Projeto de Lei, cumprindo o que determina a legislação vigente.

O Projeto foi lido em plenário e distribuído à Comissão competente conforme previsão do art. 62 do Regimento Interno, que atribui a esta Comissão o exame dos aspectos financeiros, econômicos, orçamentários e fiscais das proposições orçamentárias.

Nos termos regimentais, o projeto seguiu todo o trâmite legal e permaneceu disponível para **emendas parlamentares por três sessões ordinárias consecutivas**, conforme artigo. 181 e seguintes do Regimento Interno:

- Recebimento do projeto – data do protocolo em **30/10/2025**
- Leitura do projeto em Sessão Ordinária no dia **03/11/2025**
- Leitura do Parecer Prévio de Admissibilidade – **10/11/2025**
- Audiência Pública – **14/11/2025, às 17h00.**

Link da Audiência: https://www.youtube.com/live/Ero_zpU_Kpc?si=90DwAq9Odq25UQj1

- 1ª Ordem do dia para recebimento Emendas – **17/11/2025**
- 2ª Ordem do dia para recebimento Emendas – **24/11/2025**
- 3ª Ordem do dia para recebimento Emendas – **01/12/2025**





Em **01/12/2025**, às **18h00**, encerrou-se o período regimental e **não foram apresentadas Emendas**.

Após o decurso de prazo, o projeto retornou à Comissão de Finanças **para emissão de parecer terminativo**, nos termos do art. 62, III, do Regimento.

Eis, em síntese, o relatório.

II- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E TÉCNICA

Inicialmente, cabe informar que, nos termos do **art. 62, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Linhares**, compete a esta Comissão apreciar matérias que **alterem a despesa ou a receita do Município**, ainda que direta ou indiretamente, conforme o preceito regimental:

Art. 62. **Compete:**

[...]

II- **à Comissão de Finanças, Economia, Orçamento e Fiscalização:**

a) acompanhar a execução orçamentária do Poder Executivo, bem como analisar os aspectos econômicos e financeiros de matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras, que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal; [...] (Grifos nossos).

1. Conformidade formal, legal e material

A LDORÇ 3/2025 observa as exigências da **Constituição Federal (art. 165)**, da **Lei Complementar n. 101/2000 (LRF)** e da **Lei n. 4.320/1964**, bem como se encontra em consonância com o **PPA 2026–2029** e a **LDO 2025 (Lei Municipal n. 4.306/2025)**, conforme expressamente consignado na Mensagem n. 041/2025.

Do ponto de vista material, a LOA 2026:

- estima a receita com base em parâmetros de arrecadação e transferências, discriminando as receitas correntes, de capital, deduções para formação do Fundeb e receitas intraorçamentárias;
- fixa a despesa em valor idêntico ao da receita, preservando o princípio do equilíbrio entre receitas e despesas (art. 4º da LRF);





- distribui dotações entre órgãos, fundos, entidades e funções de governo com razoável correspondência às políticas públicas já delineadas no PPA e priorizadas na LDO.

A seguir, passa-se à análise comparativa com a LOA 2025 e aos principais pontos de relevo para o juízo de mérito desta Comissão.

2. Análise comparativa dos agregados orçamentários: LOA 2025 x LOA 2026

2.1. Receita total e por esfera orçamentária

A **LOA 2025** estimou a receita total em R\$1.099.869.885,78 (um bilhão, noventa e nove milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e oito centavos), distribuída entre Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

A **LOA 2026** eleva essa estimativa para R\$1.364.294.195,16 (um bilhão, trezentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e noventa e cinco reais e dezesseis centavos).

Quadro 1 – Comparativo da Receita Total (2025 x 2026)

| Esfera/Total | LOA 2025 (R\$) | LOA 2026 (R\$) | Diferença (R\$) | Diferença (%) |
|-----------------------------|------------------|------------------|-----------------|----------------|
| Receita Total (E) | 1.099.869.885,78 | 1.364.294.195,16 | +264.424.309,38 | +24,04% |
| Orçamento Fiscal | 934.342.697,73 | 1.256.482.108,06 | +322.139.410,33 | +34,47% |
| Orçamento Seguridade Social | 165.527.188,05 | 107.812.087,10 | -57.715.100,95 | -34,85% |





(valores extraídos dos arts. 2º e 4º das LOAs 2025 e 2026)

Comentário técnico:

- Há **forte crescimento do Orçamento Fiscal** (+34,47%), associado à ampliação de receitas correntes e de capital.
- Observa-se **redução no montante agregado da Seguridade Social** em relação a 2025, o que demanda atenção na execução, especialmente nas áreas de saúde, assistência e previdência (embora, individualmente, FMS, FMAS e IPASLI tenham tido elevações de despesa na LOA 2026, como se verá na análise por órgão).

2.2. Despesa por órgão: comparativo LOA 2025 x LOA 2026

Com base nos artigos 5º das LOAs de 2025 e 2026, tem-se o seguinte comparativo resumido por órgão/entidade:

Quadro 2 – Despesa por Órgão (LOA 2025 x LOA 2026)

| Poder/Órgão | Valor 2025 (R\$) | Valor 2026 (R\$) | Diferença (R\$) | Variação (%) |
|--|------------------|------------------|-----------------|--------------|
| Poder Legislativo (A) | 28.000.000,00 | 29.904.000,00 | 1.904.000,00 | 6,80% |
| Poder Executivo - Administração Direta (B) | 882.790.576,86 | 1.108.591.490,16 | 225.800.913,30 | 25,58% |
| Gabinete do Prefeito | 4.500.000,00 | 3.300.000,00 | -1.200.000,00 | -26,67% |
| Sec. Adm. e Recursos Humanos | 26.092.151,13 | 27.900.000,00 | 1.807.848,87 | 6,93% |
| Sec. Finanças e Planejamento | 37.980.293,90 | 53.346.000,00 | 15.365.706,10 | 40,45% |
| Sec. Educação | 306.143.036,08 | 363.597.290,00 | 57.454.253,92 | 18,77% |
| Sec. Cultura e Turismo | 8.039.747,56 | 10.871.096,04 | 2.831.348,48 | 35,22% |
| Sec. Esporte e Lazer | 7.400.100,00 | 7.501.100,00 | 101.000,00 | 1,36% |
| Sec. Assistência Social | 20.143.565,75 | 23.992.432,00 | 3.848.866,25 | 19,11% |





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

| | | | | |
|--|------------------|------------------|----------------|--------|
| Fundo Municipal de Saúde | 219.457.678,11 | 253.740.918,12 | 34.283.240,01 | 15,62% |
| Fundo Municipal de Assistência Social | 9.694.127,34 | 11.801.595,00 | 2.107.467,66 | 21,74% |
| Sec. Agricultura e Abastecimento | 8.550.000,00 | 15.002.900,00 | 6.452.900,00 | 75,56% |
| Sec. Desenvolvimento Econômico | 1.000.399,00 | 1.200.000,00 | 199.601,00 | 19,96% |
| Sec. Desenvolvimento Urbano | 5.500.100,00 | 6.552.000,00 | 1.051.900,00 | 19,13% |
| Sec. Segurança Pública e Defesa Social | 23.787.478,52 | 34.280.700,00 | 10.493.221,48 | 44,12% |
| Sec. Meio Ambiente | 4.073.760,00 | 4.883.915,00 | 810.155,00 | 19,89% |
| Sec. Obras e Serviços Urbanos | 185.928.139,47 | 273.521.444,00 | 87.593.304,53 | 47,10% |
| Sec. Modernização e Gestão | 6.500.000,00 | 7.000.100,00 | 500.100,00 | 7,69% |
| Procuradoria Geral do Município | 8.000.000,00 | 8.900.000,00 | 900.000,00 | 11,25% |
| Sec. Controle e Transparência | 0,00 | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 | - |
| Administração Indireta (C) | 189.079.308,92 | 209.798.705,00 | 20.719.396,08 | 10,96% |
| SAAE | 54.999.380,00 | 60.504.318,00 | 5.504.938,00 | 10,01% |
| FACELI | 7.500.100,00 | 9.499.000,00 | 1.998.900,00 | 26,65% |
| IPASLI | 126.579.828,92 | 139.795.387,00 | 13.215.558,08 | 10,44% |
| Reserva de Contingência (D) | 16.000.000,00 | 16.000.000,00 | 0,00 | 0,00% |
| Despesa Total (E=A+B+C+D) | 1.052.718.094,86 | 1.364.294.195,16 | 311.576.100,30 | 29,60% |

Observações relevantes para o mérito desta Comissão:

- **Maiores aumentos absolutos (R\$):**

- Obras e Serviços Urbanos: + **R\$ 87,5 milhões**





- Educação: + **R\$ 57,4 milhões**
- Saúde (FMS): + **R\$ 34,3 milhões**
- **Maiores aumentos percentuais:**
 - Agricultura: **+75,47%**
 - Obras e Serviços Urbanos: **+47,11%**
 - Segurança Pública: **+44,11%**
 - Cultura e Turismo: **+35,23%**
- **Menores aumentos absolutos:**
 - Esporte e Lazer: + **R\$ 101 mil**
 - Desenvolvimento Econômico: + **R\$ 199,6 mil**
 - Modernização e Gestão: + **R\$ 500,1 mil**
- **Menores aumentos percentuais:**
 - Esporte e Lazer: **+1,36%**
 - Câmara Municipal: **+6,80%**
 - Administração e RH: **+6,93%**
 - Modernização e Gestão: **+7,69%**
 - SAAE: **+10,01%**

3. Classificação funcional da despesa (funções de governo)

A LOA 2026 apresenta a classificação da despesa por função de governo no art. 6º, indicando, entre outros, os seguintes montantes para áreas sensíveis:

- **Saúde:** R\$ 254.071.418,12
- **Educação:** R\$ 373.096.290,00
- **Assistência Social:** R\$ 35.794.027,00
- **Previdência Social:** R\$ 134.994.387,00
- **Saneamento:** R\$ 103.210.972,35
- **Urbanismo:** R\$ 138.954.485,88

Comparativamente à LOA 2025, observa-se:

- manutenção do **caráter prioritário de educação e saúde** na composição da despesa total;





- reforço de funções ligadas à **infraestrutura urbana, saneamento e urbanismo**, o que dialoga com investimentos em obras e serviços urbanos;
- preservação de dotações relevantes para a **previdência social (IPASLI)** e **reserva de contingência**.

4. Autorização para créditos suplementares (art. 7º)

O art. 7º do Projeto autoriza os Poderes Executivo e Legislativo a abrirem **créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) da receita total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**, com fundamento no art. 43 da Lei n. 4.320/1964, nos artigos 22 e 43 da LDO 2026 (Lei n. 4.306/2025) e no **Parecer Consulta n. 28/2004 do Tribunal de Contas do Espírito Santo**.

Em relação à LOA 2025, a análise efetuada por esta Comissão já constatou que:

- o **percentual global de 40% foi mantido**;
- houve **reforço da fundamentação legal**, com remissão expressa a dois dispositivos da LDO 2026 e ao Parecer Consulta do TCE-ES;
- foram **suprimidos os sublimites de 10%** antes existentes para determinadas fontes (superávit financeiro, excesso de arrecadação e convênios), que na LOA 2025 não oneravam o limite de 40%, porém estavam restritas a 10% da receita total cada uma.

Na LOA 2026, essas fontes continuam fora do cômputo dos 40%, **mas sem os limites percentuais específicos**, o que amplia a margem de flexibilidade do Executivo na gestão orçamentária.

Do ponto de vista desta Comissão, tal desenho **é juridicamente possível**, à luz da Lei n. 4.320/1964 e da LRF, desde que respeitados os condicionantes de comprovação de excesso de arrecadação, superávit financeiro e vinculação de recursos;

5. Reserva de Contingência





A **Reserva de Contingência** permanece fixada em **R\$ 16.000.000,00** tanto na LOA 2025 quanto na LOA 2026.

Em 2026, esse valor corresponde a aproximadamente **1,17% da receita total estimada**. Trata-se de dotação voltada a:

- cobertura de **riscos fiscais e passivos contingentes**;
- atendimento a **eventuais frustrações de receita**;
- suporte a despesas imprevistas, em observância ao art. 5º, III, da LRF.

A manutenção da reserva em valor nominal idêntico, frente ao aumento de cerca de 24% da receita total, indica que sua participação percentual no orçamento total **se reduziu levemente**, o que é aceitável, mas recomenda atenção na execução para garantir adequada cobertura de riscos.

6. Compatibilidade com a LRF, o PPA e a LDO

A estrutura da LOA 2026:

- mantém o princípio do **equilíbrio orçamentário**, com receita total igual à despesa total;
- respeita as vinculações constitucionais em educação, saúde e previdência, na medida em que as dotações para essas áreas se mostram expressivas no conjunto da despesa;
- observa a vinculação do planejamento, ao se fundamentar no **PPA 2026–2029** e na **LDO 2026**, conforme explicitado na Mensagem n. 041/2025;
- atende às exigências formais da LRF no que diz respeito à apresentação de anexos e demonstrativos (conforme informação da Mensagem e da estrutura da peça orçamentária).

Não se evidenciam, à luz dos elementos examinados por esta Comissão, **vícios insanáveis de legalidade, inconstitucionalidade ou incompatibilidade com a LRF** que impeçam o regular prosseguimento da tramitação do Projeto.





III- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os pareceres desta Comissão têm como principal propósito a responsabilidade social, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste parecer, foram enfatizados oito ODS estratégicos, fundamentais e comprometidos com a transformação social, notadamente, os seguintes Objetivos:

- **Objetivo 3.** Saúde e Bem-Estar. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades. **Meta 3.8** – Atingir cobertura universal de saúde, acesso a medicamentos e serviços essenciais.
- **Objetivo 4.** Educação de Qualidade. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. **Meta 4.4** – Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com competências técnicas e profissionais para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
- **Objetivo 6.** Água potável e saneamento. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos. **Metas: 6.3** – Reduzir poluição e melhorar a qualidade da água. **6.4** – Aumentar eficiência do uso da água. **6.5** – Implementar gestão integrada de recursos hídricos. **6.6** – Proteger ecossistemas relacionados à água. **6.b** – Apoiar participação comunitária na gestão da água e saneamento.
- **Objetivo 8.** Trabalho Decente e Crescimento Econômico. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. **Meta 8.3** – promover políticas orientadas ao desenvolvimento produtivo e à formalização de micro e pequenas empresas **Meta 8.5** – Alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens.
- **Objetivo 9.** Indústria, inovação e infraestrutura. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. **Metas: 10.1** – Reduzir desigualdades de renda; **10.2** – Promover





- inclusão social, econômica e política para todos; **10.4** – Adotar políticas fiscais, salariais e de proteção social para reduzir desigualdades; **10.6** – Apoiar representatividade e participação ampla em processos decisórios; **10.b** – Estimular fluxos financeiros direcionados ao desenvolvimento.
- **Objetivo 11.** Cidades e comunidades sustentáveis: **Meta 11.2** – proporcionar acesso a sistemas de transporte seguros e acessíveis; **Meta 11.6** – reduzir o impacto ambiental das cidades, com foco na gestão de resíduos e qualidade do ar e **Meta 11.7** – proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros e inclusivos.
 - **Objetivo 16.** Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis. **Meta 16.6** Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis e **Meta 16.7** – garantir a tomada de decisão inclusiva e representativa em todos os níveis.

IV- CONCLUSÃO

Após análise **técnica, jurídica, financeira e procedimental**, esta Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização e Controle, no âmbito de suas atribuições regimentais, **opina pela REGULARIDADE formal e material da LDORÇ 3/2025**, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Linhares para o exercício financeiro de 2026 (LOA 2026), à luz da Constituição Federal, da LRF, da Lei n. 4.320/1964, do PPA 2026–2029 e da LDO 2025, emitindo **PARECER FAVORÁVEL**, em caráter terminativo, no âmbito desta Comissão.

Destaca-se que o PL não recebeu emendas e respeitou o processo legislativo, apresentando condições de aprovação integral.

Linhares, 02 de dezembro de 2025.

EVELSON LIMA
Presidente

JOHNATAN MARAVILHA
Relator

YUPI SILVA
Membro





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310037003700390031003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **EVELSON LIMA MIRANDA** em 02/12/2025 17:01

Checksum: **D236D77BEC6F97CD5CC90B4F83FBF38E06DF584BC6DD99D52692D349792328F7**

Assinado eletronicamente por **JOHNATAN MARAVILHA (JOHNATAN DEPOLLO)** em 02/12/2025 17:57

Checksum: **CA8C10D0D532D6D29B3626847220A5FABC4F034A2FB6F6A70AF08DC98C93251F**

Assinado eletronicamente por **JONAIR DA SILVA FERREIRA** em 02/12/2025 17:58

Checksum: **244D25D7FF4C47FF11EAB0595EABC1ACD1B6D005B4506C96CDA261581FAD43A5**

